

A NOTÍCIA: REALIDADE OU FICÇÃO LITERÁRIA?

NATÁLIA SÃO JOSÉ SOBRAL VIEIRA *

* Professora-Coordenadora da ESEV

Um dos objectivos da imprensa escrita, da rádio e da televisão, enquanto órgãos de informação, é fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes (Traquina, 1988: 29).

Estes relatos fazem parte dum discurso jornalístico de que o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero de significação (Rodrigues, 1988: 9).

O acontecimento digno de tornar-se notícia situa-se algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. Ao acontecimento, e só a ele, cabe ser notícia. Faz parte de um conjunto restrito de ocorrências, pertence a um vasto universo de factos, irrompe sem nexos aparentes, sem causa conhecida, torna-se notável e digno de memória.

Adriano Duarte Rodrigues, no artigo intitulado Acontecimento, considera que dos vários registos de notabilidade do acontecimento, o registo de excesso é o mais corrente, o que representa a irrupção por excelência, tendo assim um funcionamento anormal. É um emergir escandaloso, com marcas excessivas tanto dos corpos individuais como dos corpos colectivos e institucionais. São exemplo deste tipo de acontecimentos: o permanecer dias seguidos entre animais venenosos, o ficar a dançar dias e noites sem parar, para entrar no Guinness Book, a decisão de um juiz aplicar a um réu a pena máxima prevista no Código Penal, sem ter em consideração as possíveis atenuantes.

Outro dos acontecimentos notáveis é o registo de falha, registo que procede por defeito, por insuficiência no funcionamento normal e regular dos corpos. Os acidentes cósmicos e os acidentes de circulação automóvel inserem-se neste tipo de registo.

Considera também como acontecimentos notáveis os que se inscrevem no registo de inversão. São aqueles que a teoria jornalística considera dignos de se tornarem notícia, como é o caso de um homem

morder um cão, um militar ser morto por um dos seus homens, no momento em que o mesmo passa revista às tropas em parada. São acontecimentos jornalísticos pelo facto de se tratar duma inversão nos corpos. São os chamados acontecimentos boomerang, são o voltar-se "o feitiço contra o feiticeiro", o "ir buscar lã e vir tosquiado". São os acontecimentos dignos do cinema e, no seu início, por ele aproveitados (cf. Rodrigues, 1988: 9-10).

Os acontecimentos descritos são factos referenciais, têm algo a ver com o mundo dos acidentes, da natureza, deixam vestígios, alteram a substância do mundo das coisas, das pessoas, das instituições, têm uma lógica explosiva, são o emergir da desordem exterior.

A par dos acontecimentos acima referidos e tendo como fonte a própria existência do discurso dos media, surgem outros acontecimentos, estes com uma lógica implosiva. São os acontecimentos designados por meta-acontecimentos, a classe que engloba as ocorrências produzidas frente às câmaras de televisão ou perante os repórteres. O acidente do foguetão Challenger, difundido em directo pela televisão, ocorrido na América em 28 de Janeiro de 1986, inscreve-se nesta lógica acidental, espectacular da morte própria. É um tipo de acidente cada vez mais provável: as centrais nucleares aí estão para mostrar que a mínima violação da norma está votada a futuros acidentes, cujos efeitos atingirão o cidadão indefeso e não o inimigo. Quando nos nossos dias se provocam desvios de aviões, são os inocentes e não os culpados que os bandidos do ar atingem directamente. Estes acontecimentos não visam a morte ou a violência reais, mas o direito à visibilidade, à encenação, dentro da ordem mediática (cf. Rodrigues, 1988: 11-12).

Os meta-acontecimentos são pois factos discursivos não regidos pelas regras do mundo natural dos acidentes, mas pelas regras do mundo simbólico, do mundo da enunciação. Os media, relatando um meta-acontecimento, produzem além do acontecimento relatado, o relato do facto, como um novo acontecimento que vem integrar o mundo.

Sem se confundir com uma mera locução, este novo acontecimento é a realização dum acto ilocutório sujeito não apenas aos valores da verdade ou da falsidade, mas também aos valores inerentes à credibilidade e à sinceridade do locutor, à clareza ou obscuridade da exposição, à capacidade para levar outros à satisfação da resposta a uma pergunta, à aceitação dum conselho. É um acto passível de aproximar-se dos actos ilocutórios, actos que acontecem enquanto se produz o discurso, mostrando como deve ser compreendido no momento em que é produzido, ou seja, como um conselho, uma ordem, um aviso, em suma: como um acto convencional (cf. Austin, 1970: 28).

Segundo Austin, este acontecimento abrange ainda outra gama de actos discursivos, os actos perlocutórios, que, pelo facto de serem ditos ou mostrados, dão lugar a efeitos, a consequências imediatas ou mediatas. Pertencem a este tipo de acontecimento a ameaça de fazer explodir um avião, de manter prisioneiros indivíduos sequestrados, a declaração de desvalorização da moeda, da subida da gasolina, actos validados pela autoridade da pessoa competente para os anunciar e em pleno uso dos seus direitos.

Os media percebem a importância destes actos e por isso não só lhes conferem notoriedade pública, alargando indefinidamente o âmbito e o alcance das transformações que operam no mundo, como também realizam novos actos ilocutórios e perlocutórios, de acordo com as suas próprias regras enunciativas.

A concepção dos meta-acontecimentos veio contrariar a ideia de que os media se devem limitar a tornar públicos, através do discurso de locutores competentes, os factos ocorridos, servindo os técnicos apenas de instrumento de mediação. Esta concepção jornalística é pertença do século XIX, tempo em que a "bíblia" da tradição jornalística levava o jornalista a conceber a ideia de que o seu trabalho era o de comunicar factos: as suas instruções não lhe permitiam qualquer tipo de comentário sobre os factos, fossem eles quais fossem (cf. Traquina, 1988: 29)

Algo mudou no discurso da informação: nos nossos dias, o jornalista, além de noticiar o acontecimento, tem liberdade de noticiar as entrelinhas. A confirmá-lo está o pensamento de Schudson traduzido nas seguintes palavras: os jornalistas não são simples observadores passivos mas participantes activos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo do real; as notícias acontecem na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento (Traquina, 1988: 30).

Na opinião de Eliseo Verón, os acontecimentos noticiáveis são acontecimentos sociais e 'os acontecimentos sociais não são objectos que se encontrariam "algures no real" e de que os media nos fariam conhecer as propriedades: eles não existem senão na exacta medida em que os media os constroem' (Cádima, 1988: 41).

Lêem-se, vêem-se e ouvem-se notícias, acreditando que os profissionais não irão transgredir a fronteira entre o real e a ficção. Crê-se existir como que uma espécie de acordo entre o jornalista e o receptor,

que torna possível a recepção da notícia como índice do real, sem se ignorar que a realidade da notícia é não retratada mas construída; e que, embora sendo índice do real, as notícias registam formas literárias e narrativas (news frames) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento (Traquina, 1988:30).

Para o referido autor, a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. É uma escolha orientada pela aparência que a realidade assume para o jornalista e também pelas convenções que moldam a sua percepção. As narrativas são elaboradas através de metáforas, frases feitas, imagens, símbolos e, por isso, podem ser utilizadas repetidamente. Muitas vezes as Novas são Velhas: a Guerra do Afeganistão é o Vietnam Soviético, a controvérsia sobre a venda de armas ao Irão por parte dos Estados Unidos é o novo Watergate, aliás bem expresso pelo neologismo Irangate, a controvérsia actual sobre médicos e laboratórios em Portugal é já designada pelos serviços noticiosos por Bayergate (cf. Traquina, 1988: 31).

Com os contos de fadas algo de semelhante acontece: a Princesa pele de burro é a Princesa pele de cavalo, e estas não são mais que a Boneca de pau, versões de uma única estrutura narrativa de ficção.

Os jornalistas lidam com as formas literárias e com os acontecimentos, tornando-se profissionais do real e também da ficção.

Gaboriau, jornalista do *Petit Journal*, em 1870, considerou-se tanto jornalista como romancista. Quando pretendeu dar a conhecer melhor os impulsos da sociedade do seu tempo, frequentemente tomou como ponto de partida um fait divers real para, a partir dele, construir uma intriga com actualidade. O caso Troppman é outro facto a assinalar: facto em que um faits divers inventado em 1870 e publicado em França, no *Petit Journal*, deu à empresa jornalística lucros fabulosos, passando vertiginosamente a tiragem de 250000 exemplares para 594000, num curto espaço de tempo (cf. Jeanneney, 1996 : 88-90).

As formas literárias e as narrativas fazem com que o jornalista consiga transformar o acontecimento em notícia. Este, ao redigir a notícia, sujeita-se às limitações organizacionais. Seja qual for a decisão tomada, ela só pode ser entendida no contexto social em que o mesmo trabalha. As notícias são pois o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, a selecção e a transformação de uma matéria prima constituída pelos acontecimentos, num produto final designado por notícia (cf. Traquina, 1988: 31).

Não se pode ignorar a ideia de que a função primeira dos media é tornar públicos os acontecimentos noticiáveis, dotados de notabilidade e referenciais. Por outro lado, os media não podem evitar que os próprios media se tornem fontes de acontecimentos, que produzam os meta-acontecimentos, pertencentes ao domínio dos actos discursivos, nomeadamente dos actos ilocutórios ou convencionais.

Sabemos que o repórter noticioso é hoje o intérprete dos acontecimentos que lhe são fornecidos pelas fontes, acontecimentos factuais ou sociais. Sabemos também que o mesmo acontecimento pode dar origem a notícias diversas. Se abandonarmos a noção segundo a qual a notícia é um espelho da realidade, se nos dermos conta de que ela é uma ficção de maneira simultaneamente intencional e não-intencional, se admitirmos o facto óbvio de que a notícia é um dispositivo para dar forma à experiência - tal como um poema, um romance, um livro de histórias, ou um conto de fadas - o que é que distingue as notícias? Como é que o jornal ou a notícia são únicos enquanto género ou no seu uso dos géneros? (Schudson, 1988: 25).

A notícia, como qualquer narrativa de ficção, regista formas literárias. A abordagem literária encara a notícia como um conto, uma forma de literatura e uma forma assaz estereotipada e convencional.

Schudson, parafraseando John Cawelti, um analista de ficção popular, sustenta que toda a literatura se encontra algures entre dois pólos - o mimético, no qual a literatura «nos confronta com o mundo tal como nós o conhecemos», e o formalista que é «a construção de um mundo ideal sem a desordem, a ambiguidade, a incerteza e as limitações do mundo da nossa experiência». Apesar da notícia pretender ser mimética, está em muitos aspectos próxima das formas literárias (Schudson, 1988: 25).

Schudson acrescenta ainda, que ao produzirem-se programas noticiosos nos jornais e na televisão, os jornalistas contam histórias obedecendo a certas fórmulas. A escrita noticiosa é governada por padrões narrativos impostos por tradições narrativas. Assim, os conflitos abertos e eventos visíveis podem ter uma explicação social mas também podem ter uma explicação literária. Este autor procura explicar o porquê das notícias serem como são, apoiando-se em três categorias de explicação:

- a categoria da acção pessoal, explicando a notícia como produto individual;
- a categoria da acção social, tomando a notícia como produto das organizações;

- a categoria da acção cultural, vendo a notícia como produto da cultura e dos limites que a mesma impõe. Considera ainda que, se nenhuma das teorias está errada, nenhuma a explica na totalidade, mas, segundo este autor, a que melhor explica o porquê é a teoria da acção cultural, se a esta se associarem as convenções literárias (cf. Schudson, 1988: 26).

Schudson aborda a teoria dos géneros proposta por Northop Frye, para, à luz da mesma se interrogar se a notícia é romance, tragédia, comédia ou sátira, isto é: uma peça literária. E à luz da mesma teoria, considera algumas vezes as páginas sociais de um jornal semelhantes a um romance, outras, próximas da comédia. Para ele, as páginas económicas são semelhantes às páginas sociais, enquanto as páginas da moda estão próximas do romance. A reportagem de um incêndio, começando por ser uma tragédia, ao apurarem-se as responsabilidades, acaba por fazer recair as culpas no mau estado do sistema de alarme ou no suborno dos inspectores do prédio. De tragédia, a notícia passa à sátira ou à ironia. As notícias, cujo registo é a inversão, aproximam-se da paródia.

Se as pessoas contam histórias de maneira semelhante em grandes organizações noticiosas que evitam correr riscos, em conversas à mesa, em cartas pessoais e contos de fadas, então a explicação literária pode ser a mais poderosa para explicar o carácter melodramático das notícias.

Dado que o jornalista não retrata a realidade na notícia mas constroi-a, urge aceitar que ela é uma narrativa verosímil que, como a ficção, no processo de produção, necessita de formas literárias e narrativas, além dos constrangimentos ou limitações organizacionais impostos aos jornalistas ou repórteres, como se pode concluir a partir das palavras de Schudson: a criação de notícias é sempre uma interacção de repórter, director, editor, constrangimentos da organização da sala de redacção, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem as pensar (Schudson, 1988:26).

Na produção da notícia interferem os constrangimentos organizacionais mas, como em qualquer narrativa de ficção, interferem também as convenções pessoais, sociais, culturais, e literárias.

Segundo Gans 'o critério fundamental da história que valida a notícia e que é partilhado por todos os meios de informação, é que as notícias só se tornam idóneas quando são estruturadas narrativamente e quando cada notícia tem uma introdução, uma parte central e uma conclusão' (...) (cf. Wolf, 1995: 190).

No sentido de respeitar as supostas exigências do público, na contextualização do acontecimento ou história, os elementos de composição, estilísticos e formais são respeitados, como em qualquer outra narrativa ficcional. São os receptores que na leitura escolhida validam a organização da notícia tal como em qualquer narrativa, pois l'organisation du récit se fait (...) au niveau de l'interprétation et non à celui des événements (Todorov, 1971:138).

BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, J. L. 1970 "Quand Dire C'est Faire", du Seuil, Paris

CÁDIMA, Rui 1988 " Notícia do mundo e de lado nenhum - ou a ilusão naturalista da informação televisiva" in *Jornalimos, Revista de Comunicação e Linguagens* nº 8, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa

JEANNENEY, Jean-Noel 1996 "Uma História da Comunicação Social" Terramar, Lisboa

RODRIGUES, Adriano 1988 "O Acontecimento" in *Jornalimos, Revista de Comunicação e Linguagens* nº 8, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa

SCHUDSON, Michael 1988 "Porque é que as notícias são como são" in *Jornalimos, Revista de Comunicação e Linguagens* nº 8, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa

TODOROV, Tzvetan 1971 "Poétique de la Prose", du Seuil, Paris

TRAQUINA, Nelson 1988 "As notícias" in *Jornalimos, Revista de Comunicação e Linguagens* nº 8 Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa

WOLF, Mauro 1995 "Teorias da Comunicação - Mass media: contexto e paradigmas; Novas tendências; Efeitos a longo prazo; o newsmaking", ed. Presença, Lisboa